

José Cruz



Senador Renan Calheiros e ator Marcos Frota erguem quadro pintado por garota com deficiência: semana de inclusão

Senado quer aperfeiçoar leis sobre pessoas com deficiência. Renan cobra verbas federais

Página 3

Acordo de líderes resgata vantagens da MP do Bem

Solução encontrada é incluir os pontos positivos da medida já extinta no texto do projeto de lei de conversão que aguarda votação no Senado

Os pontos positivos da chamada MP do Bem, que perdeu validade na semana passada, deverão ser incorporados ao texto do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 25/05 (proveniente da MP 255/05), que aguarda votação no Senado. A decisão foi tomada ontem, em reunião dos líderes partidários com o presidente da Casa, Renan Calheiros. Hoje à tarde, novo encontro define o que será efetivamente incluído no projeto de lei. O acordo inclui solução contra eventuais problemas regimentais na tramitação da proposta.

Página 5

Grupo inicia trabalho para combater a burocracia contra cidadão e empresas

Página 5



Sérgio Guerra afirma que governo não cumpriu promessa de liberar recursos

Controle da inflação custa R\$ 10 bilhões, diz o governo

Página 4

Sérgio Guerra: retenção de verbas provocou crise da aftosa

Página 2

Fundo pode ser solução para pesquisa universitária

Página 4



Gustavo Marin (segundo à direita), do Citibank, e Sérgio Spinelli (D), da Brasil Telecom, prestaram depoimento ontem à CPI dos Correios

Relator pede cassação do deputado José Dirceu

O relator Júlio Delgado pediu ontem ao Conselho de Ética da Câmara a cassação do mandato do deputado José Dirceu, apontado como "arquiteto" do chamado "mensalão". A votação do relatório foi adiada para sexta-feira, por causa de um pedido de vista.

Dirceu reafirmou sua inocência. As CPIs do Mensalão e dos Correios tomaram ontem vários depoimentos, entre eles os do presidente do Citibank no Brasil, Gustavo Marin, e do presidente do Conselho de Administração da Brasil Telecom.

Página 6

J. Freitas

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Medidas provisórias na pauta

A sessão de hoje, às 14h, é deliberativa. Em votação, duas medidas provisórias (MPs) que trancam a pauta (a que aumentou a vigência da Campanha do Desarmamento e a que

revogou a MP da Timemania). Em seguida, será apreciado projeto do Executivo sobre gestão de florestas públicas, que destina áreas para exploração por empresas privadas.



Segurança alimentar e nutricional

Às 9h30, no Auditório Petrônio Portella, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) promove seminário sobre o Projeto de Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional. A proposta será

apresentada pelo Consea no evento, que se estenderá até as 13h. Estarão presentes o ministro Patrus Ananias, além de deputados e dos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Paulo Octávio (PFL-DF).

Liquidação do Bamerindus e Orçamento

A liquidação do Banco Bamerindus é o tema da reunião da Subcomissão Temporária da Liquidação de Instituições Financeiras, às 14h.

Será ouvido o ex-presidente do banco José Eduardo de Andrade Vieira e o liquidante Sérgio Rodrigues Prates. A Comissão Mista de Orça-

mento (CMO) tem reunião às 10h. Na pauta, discussão sobre créditos suplementares e o Orçamento do próximo ano.



Reeleição e Máfia do Apito nas comissões de inquérito

A CPI do Mensalão ouve, às 11h30, o deputado Ronivon Santiago (PP-AC), acusado de receber R\$ 200 mil para votar a favor da reeleição do presidente da República, em 1997. Os deputados do PP que receberam

recursos do “valerioduto” alegaram que a verba iria financiar a defesa de Santiago perante o STF. A CPI dos Bingos, por sua vez, ouve Nágib Fayad, empresário envolvido na Máfia do Apito.

CPI ouve tesoureiro da campanha do PSDB em 1998

Às 10h, a CPI dos Correios tem reunião reservada com os técnicos da Receita e da Polícia Federal, que falarão sobre o andamento das investigações. Às 14h, a Sub-Relatoria de Contratos ouve Cláudio Mourão, tesoureiro da campanha

de 1998 do PSDB para o governo de Minas Gerais, que teria recebido R\$ 9,5 milhões de Marcos Valério, num esquema de empréstimos semelhante ao que está sendo investigado pela CPI; e Carlos Fioravanti, ex-diretor dos Correios.



Recursos para segurança

O senador Renan Calheiros lança, às 15h, PEC que prevê o Fundo Constitucional para Segurança e destina mais recursos para a área. A Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência apresenta a videoconferência “Acessibilidade: passaporte para a cidadania”, às 9h30, no Interlegis.

CRA pode convocar Rodrigues

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) vota, às 9h30, requerimento para que o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, venha ao Congresso Nacional para falar sobre o surto de febre aftosa que está ocorrendo em Mato Grosso do Sul.

Demostenes e Sérgio Guerra apontam omissão do governo quanto à aftosa. Aelton cobra providências

Sérgio Guerra critica retenção de verbas

Sérgio Guerra (PSDB-PE) criticou ontem o governo pelo contingenciamento de recursos destinados a programas de defesa sanitária animal. O senador lembrou que, apesar de o governo ter sido alertado por parlamentares e produtores rurais de todo o país, não liberou verbas para a fiscalização sanitária, principalmente na fronteira com o Uruguai.

– Participe de reunião no Pa-

lácio do Planalto para discutir o assunto. O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, comprometeu-se, em face de inúmeros pleitos, a disponibilizar recursos para a defesa animal. O fato é que esses recursos foram discretamente contingenciados e lentamente disponibilizados – assinalou. Em apartes, vários senadores manifestaram seu apoio ao pronunciamento.

Demostenes pede renúncia do ministro da Agricultura

Após apontar o descaso do governo federal em relação à contaminação do rebanho brasileiro pela aftosa, o senador Demostenes Torres



Demostenes

(PFL-GO) incitou o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, a deixar o cargo. O pefelista destacou a “competência” de Rodrigues, uma liderança ruralista, mas considerou “uma humilhação, uma desmoralização” o governo reduzir de R\$ 135 milhões para R\$ 37 milhões as verbas do Orçamento de 2005 para defesa sanitária.

– Renuncie! O senhor (Rodrigues) não é obrigado a tolerar essas coisas! Que apego ao cargo é esse? – indagou.

Aelton: Brasil precisa recuperar imagem de exportador de carne

Aelton Freitas (PL-MG) disse que, para recuperar a imagem do Brasil como exportador de carne, abalada depois do surgimento de vários



Aelton

casos de febre aftosa em Mato Grosso do Sul, os pecuaristas, as autoridades e a classe política devem deixar de responsabilizar uns aos outros e trabalhar unidos para identificar a origem e o nível exato de contaminação dos focos.

O senador pediu ao presidente Lula que apóie o ministro da Agricultura e lhe ofereça condições necessárias para reverter o atual quadro. Ele pediu que o governo libere, de imediato, as verbas contingenciadas previstas no Orçamento para defesa sanitária.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin,

Janaína Araújo e José do Carmo Andrade

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, João Alberto Souza, Papaléo Paes, Romeu Tuma, Augusto Botelho, Gilberto Mestrinho e Juvêncio da Fonseca e pela senadora Serys Shessarenko



Renan joga tênis de mesa com atleta paraolímpico: governo precisa fazer a sua parte

Renan cobra verbas para a política nacional prevista no Orçamento

Ao abrir a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse esperar que o Poder Executivo, que conta com recursos orçamentários de R\$ 500 milhões para a política nacional de atendimento a essas pessoas, “faça também sua parte”. Abrir a semana de homenagens, ressaltou o senador, significa desejar o Brasil em que a cidadania jamais seja vencida pelo preconceito.

– Não se admite que, sob o pretexto do superávit primário, livros didáticos em braile deixem de ser comprados e distribuídos à rede pública de ensino. Falta muito para que as pessoas com deficiência resgatem, definitivamente, sua cidadania – afirmou Renan.

Ele observou que o Legislativo está empenhado em aprovar projetos como o Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, de Paulo Paim (PT-RS), ou o substitutivo, elaborado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a projeto que institui tutela jurídica específica para portadores de deficiência.

Portadora de síndrome de Down relata experiências

O lançamento do livro *Mulher como Todas*, de Liane Collares, abriu as atividades da tarde na Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Liane, que tem síndrome de Down, conta no livro a história de sua vida – as aventuras, a inclusão em escolas tradicionais de ensino, as duas medalhas de ouro conquistadas, em 1991, nas Olimpíadas Especiais nos Estados Unidos e o emprego na Sociedade Creche Cruz de Malta.

Ela já lançou o livro em vários estados do Brasil, como São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia, e, segundo informou, a receptividade sempre foi muito boa. Para

Outra proposição citada por Renan é a que institui incentivos fiscais para produtos educativos e equipamentos de uso das pessoas com deficiência. A proposta, definida como “louvável”, é da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) e torna obrigatório percentual de edição de livros em braile.

O presidente do Senado mencionou ainda proposta de Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) que altera o Código de Trânsito, aperfeiçoando as prerrogativas garantidas às pessoas com deficiências. E assinalou que várias outras propostas estão sendo relatadas e melhoradas pelo senador Flávio Arns (PT-PR) – “um obstinado nessa luta em favor dos cidadãos com deficiência”.

– Não estamos descuidando de nenhum detalhe, sobretudo para garantir o acesso das pessoas com deficiência a esta Casa. Exemplos disso são as rampas de acesso, as sinalizações especiais e o lançamento da página do Senado na Internet adaptada aos deficientes – ressaltou Renan Calheiros.



Em seu livro, Liane ensina deficientes a acreditarem em si e nas suas qualidades

Liane, os deficientes não devem se sentir limitados, precisam acreditar em si, pensar nas suas qualidades e ter a certeza de que são capazes de tudo.

Presidentes do Senado e da Câmara, artistas e convidados participam, no Salão Negro, da abertura da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, que vai até domingo

Senado vai acelerar exame de legislação pró-deficientes

O amplo Salão Negro do Congresso Nacional foi pequeno para acolher as centenas de pessoas que participaram, ontem de manhã, da abertura da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Ao abrir o evento, na presença de artistas, políticos e pessoas com deficiência, o presidente do Senado, Renan Calheiros, prometeu acelerar, no Senado, a tramitação de matérias de interesse dessas pessoas, que representam mais ou menos 15% da população brasileira [veja reportagem ao lado].

A semana pretende reforçar as ações do Legislativo em favor das pessoas com deficiência e contou com a presença dos atores Marcos Frota e Bruna Marquezine – da

novela *América* –, do cantor Sérgio Sá e do artista plástico Siron Franco, além de outras pessoas com deficiência.

Renan citou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para lembrar que as pessoas com deficiência somam 24,5 milhões de brasileiros e, por essa razão, não podem ser tratadas como “minorias”.

O presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, citou Aleijadinho (Antônio Francisco Lisboa) – artista barroco do século 18 – como exemplo de gênio artístico importante na formação brasileira. Rebelo mencionou também Cego Aderaldo (Aderaldo Ferreira de Araújo), famoso

repentista e violino cearense do século 19.

O presidente da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), fez dele as palavras de Marcos Frota, que chamou a atenção para o fato de o Brasil ter a melhor legislação direcionada para as pessoas com deficiência, embora ainda seja necessário cumpri-la.

Aloizio Mercadante (PT-SP) parabenizou as pessoas com deficiência presentes pelos esforços realizados em favor dessa solenidade. A esposa do presidente do Senado, Verônica Calheiros, fez doação de obras em braile editadas pelo Senado.

Artistas destacam força de novela para mudar visão da sociedade

Os atores Marcos Frota e Bruna Marquezine, que interpretam os personagens com deficiência visual Jatobá e Florzinha, na novela *América*, da Rede Globo, explicaram como a novela mudou suas próprias vidas e a de milhões de brasileiros, com deficiência ou não, que começaram a abordar de forma diferente as deficiências física e mental.

– Brasília é o centro das aten-

ções e tudo o que ocorre aqui repercute em todo o Brasil. Mas precisamos levar essa iniciativa para cada estado brasileiro, para discutir, com toda a sociedade, a questão da inclusão e da acessibilidade das pessoas com deficiência – afirmou o ator Marcos Frota, ao sugerir que a Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência seja realizada em todos os estados brasileiros.



Marcos Frota e Bruna Marquezine, com Verônica Calheiros: novela muda vidas

Página do Senado garante acesso total às informações

A Agência Senado criou uma página no site da Casa totalmente reconstruída de acordo com as normas nacionais e internacionais de acessibilidade. Com isso, a partir de agora, as notícias poderão ser acessadas minuto a minuto também por aqueles que possuem algum tipo de deficiência visual.

Embora mantenham quase a mesma aparência para o usuário comum, diversas páginas do site do Senado na Internet – entre elas a *homepage* – foram elaboradas em códigos que permitem o uso de programas especiais, os “leitores de tela”, destinados a pessoas com problemas de visão.

Arns prega esforço conjunto para assegurar direitos

Vice-presidente da Subcomissão da Pessoa com Deficiência, Flávio Arns (PT-PR) destacou a importância das ações coletivas para aprimorar a legislação que dispõe sobre a acessibilidade.

– O Congresso tem um compromisso com essa área e é importante estarmos juntos nesse movimento – declarou o senador.

Os meios de comunicação, em especial a TV, disse Flávio Arns, têm um papel fundamental na mobilização da sociedade.

– Marcos Frota, Bruna Marquezine e todos os outros artistas são capazes de multiplicar as idéias da cidadania, mas todos nós somos importantes para isso – concluiu.

Exposições ficam abertas ao público até domingo

Estão sendo esperados 2 mil alunos das escolas especiais e inclusivas do DF para visitar as exposições organizadas na semana. A mostra das obras de arte, realizadas por pessoas com deficiência e por outros artistas, pode ser visitada até domingo, das 9h às 18h, no Salão Negro do Congresso Nacional.

Na Praça Criatividade, está o Túnel Sensorial, simulando restrições de sentidos e locomoção, criado por funcionários do Senado; o Espaço Idéia, destinado à exposição e lançamentos de livros; e o Espaço Multimídia, onde haverá exibição de programas da TV e da Rádio Senado.

Secretário diz que controle da inflação está custando R\$ 10 bi

O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, afirmou ontem que o esforço do governo para reduzir a inflação, que apresentou tendência de alta no segundo semestre do ano passado, está custando neste ano aos cofres públicos cerca de

R\$ 10 bilhões. Esse é o valor que o Tesouro gastará a mais para rolar a dívida pública por causa do aumento da taxa de juros determinado pelo Banco Central (taxa Selic).

A informação sobre o custo de controle inflacionário foi dada por

Joaquim Levy aos deputados e senadores da Comissão Mista de Orçamento. O secretário negou ainda que o governo esteja trabalhando para fechar 2005 com um superávit primário superior a 5% do produto interno bruto.



Roosevelt Pinheiro

Para Agripino, interesse do presidente é por viagens

Em debate na CE, projeto prevê a criação de uma fundação de pesquisa universitária mantida pelas faculdades particulares

Fundo para pesquisa é defendido em audiência

A constituição de um fundo destinado à pesquisa universitária foi considerada a melhor alternativa para o desenvolvimento de ciência e tecnologia no Brasil, e não a criação de uma fundação de pesquisa universitária, como determina projeto do senador licenciado Hélio Costa (PMDB-MG), hoje ministro das Comunicações. Esse foi o consenso entre os participantes da audiência realizada ontem pela Comissão de Educação (CE), conforme requerimento do relator da matéria, senador Flávio Arns (PT-PR).

Para o secretário-executivo do Ministério da Ciência e Tecnologia, Luis Manoel Fernandes, o projeto (PLS 409/03) pode ser um instrumento adicional de incentivo à pesquisa, tanto nas universidades



Camata (à esquerda, ao lado de Luis Fernandes e Eduardo Storópoli) preside audiência na CE

públicas como nas privadas. No entanto, o secretário questiona a imposição aos centros universitários – que não realizam pesquisa – da contribuição para financiar a pesquisa e se preocupa com o repasse dos percentuais aos estudantes.

Luis Fernandes destaca como vantagem do fundo sua estrutura enxuta, concentrando os investimentos em pesquisa.

O presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu), Eduardo Storópoli,

considera elevado o percentual de contribuição das faculdades. Para o representante da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), Abílio Afonso Baeta Neves, o mérito do projeto está no incentivo à união de esforços para o desenvolvimento científico e tecnológico no país.

O vice-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (Abmes), Antônio Carbonari, acredita que o Estado não pode forçar o setor privado a cumprir o seu papel. Já o presidente da Associação Nacional de Mantenedoras das Escolas Católicas do Brasil (Anamec), padre José Marioni, apelou aos senadores para que a proposta seja discutida amplamente com a academia.

Agripino: seca não preocupa o governo federal

O senador José Agripino (PFL-RN) afirmou ontem que o governo federal não está preocupado com a seca que atinge os rios da bacia amazônica.

– Pode faltar peixe e comida para o povo amazônico, pode faltar o que for, não faltando combustível para o presidente Lula viajar para a Itália, está tudo bem – disse ele.

Citando também a febre aftosa, Agripino lamentou que, apesar dos problemas, o presidente não tenha cancelado a viagem. Ele recebeu apoio de Jefferson Péres (PDT-AM).

Veja o que estabelece a proposta

O projeto de iniciativa do senador licenciado e ministro das Comunicações Hélio Costa, em debate na CE, institui uma fundação de pesquisa universitária, mantida pelas instituições de ensino superior privadas. O objetivo é promover o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação na área de tecnologia.

Pelo PLS 409/03, as universidades, faculdades e institutos de educação contribuirão com 2% de seu faturamento bruto, e os centros universitários com 3%, para a constituição dos

recursos da fundação.

A proposição estabelece ainda que a entidade terá sede em Brasília, mas poderá criar centros de pesquisa em qualquer parte do território nacional, com a finalidade de atender aos interesses regionais.

Hélio Costa, em sua justificativa, salienta que a fundação ajudará as instituições privadas de ensino superior a concretizar os objetivos definidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em relação à pesquisa e ao desenvolvimento científico.

Senadores querem mais debate sobre incentivos à investigação científica

A implantação de um sistema de pesquisa em ciência e tecnologia será precedida de amplo debate com os setores envolvidos. Essa é a posição do relator do projeto que cria uma fundação de pesquisa universitária, Flávio Arns.

– Não há qualquer intenção de se forçar uma decisão e tudo deve ser esclarecido para que a lei venha auxiliar e não prejudicar o ensino superior – destacou.

Roberto Saturnino (PT-RJ) também apóia o debate e ressalta a importância de se estimular o setor. Já Cristovam Buarque (PDT-DF) adverte que a constituição de um fundo para financiar a pesquisa não deve aumentar as mensalidades nem reduzir o salário dos professores.

O presidente da CE, senador Gerson Camata (PMDB-ES), observou que outras audiências ainda serão realizadas para debater o tema.



Roosevelt Pinheiro

Ana Júlia diz que garantia foi dada pelo ministro Ciro Gomes

Empréstimo do Banco Interamericano pode financiar regularização fundiária

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) apresentou ontem parecer favorável à mensagem presidencial em que o Poder Executivo solicita autorização para a contratação de crédito externo de US\$ 10,8 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A verba servirá para o financiamento parcial do programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária, que prevê ainda a contrapartida de recursos da União e dos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Minas

Gerais e São Paulo.

Segundo o parecer do relator da matéria, senador Sibá Machado (PT-AC), o programa será dirigido, prioritariamente, a pequenos agricultores familiares para constituir um cadastro nacional de imóveis rurais de uso múltiplo, além de fornecer elementos que proporcionem a segurança jurídica da propriedade e o saneamento do Sistema de Registro Público de Imóveis Rurais.

O presidente da CAE também concedeu vista ao senador César



Célio Azevedo

CAE autoriza que recursos do BID financiem programa dirigido a pequenos agricultores

Borges (PFL-BA) da mensagem em que o Executivo requer autorização para contrair empréstimo de US\$ 502,5 milhões junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

Banco Central

A comissão aprovou ainda a realização de audiência pública com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que deverá ocorrer na primeira semana de novembro.

Estados do Norte receberão ajuda, afirma Ana Júlia

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) comunicou ao Plenário que o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, lhe assegurou que os benefícios concedidos ao Amazonas, em função da seca, serão estendidos aos outros estados da região Norte por meio de medida provisória.

– No Calha Norte, no Pará, diversos municípios estão em estado de calamidade pública. Dessa vez, o motivo não é o desmatamento, mas o aquecimento do Oceano Atlântico.



Presidido por Fernando Bezerra (segundo à direita) grupo estudará medidas para simplificar relações entre cidadão, empresa e Estado

Senado vai propor Estatuto da Desburocratização

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, instalou ontem o Grupo de Trabalho da Desburocratização e da Simplificação das Relações do Estado com o Cidadão e as Empresas. O grupo será presidido pelo senador Fernando Bezerra (PTB-RN) e tem ainda como integrantes os senadores Delcídio Amaral (PT-MS), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Luiz Otávio (PMDB-PA) e Ramez Tebet (PMDB-MS).

Conforme o ato de criação (79/05), o grupo deve apresentar, num prazo de 30 dias, sugestões de aperfeiçoamentos institucionais e legislativos, visando eliminar ou reduzir trâmites burocráticos nas relações entre os cidadãos, as empresas e o Estado. O grupo também vai propor medidas para um trato jurídico diferenciado para as pequenas e microempresas. Estão previstas audiências públicas com especialistas, autoridades e técnicos

do governo federal e representantes da sociedade civil. A esse conjunto de medidas será dado o nome de Estatuto da Desburocratização.

Fernando Bezerra assinalou que, de acordo com relatório do Banco Mundial, são necessários 152 dias para a abertura de uma empresa no Brasil, enquanto na Nova Zelândia são necessários apenas dois dias. Ele disse que o Brasil perde quase 5% do produto interno bruto (PIB) com o chamado custo Brasil, jogando quase 12 milhões de pequenos empreendimentos na informalidade.

– O prazo é curto, mas vamos fazer um grande esforço para produzirmos aquilo que for possível. Entendo que precisamos de mais tempo, mas asseguro que, em 30 dias, traremos alguma contribuição, por exemplo, em relação a esse processo de abertura de empresa, que é uma vergonha para o país – disse Bezerra.

Emenda à Constituição prevê mais recursos para a segurança pública

O presidente do Senado, Renan Calheiros, reafirmou que apresentará hoje proposta de emenda à Constituição destinada a vincular recursos orçamentários da União, estados, DF e municípios aos serviços de segurança pública. Ele considerou “um horror o que está acontecendo no Brasil em termos de violência” e disse que a escassez de recursos contribui enormemente para o aumento da criminalidade.

Quanto ao referendo sobre o comércio de armas e munições no país, ele afirmou considerar importante o Legislativo transferir para a sociedade decisão

tão importante para o futuro da sociedade. E destacou que, seja qual for o resultado do referendo, a decisão da população será muito bem recebida.

Ao ser questionado pelos jornalistas, Renan respondeu que há recursos para o reajuste dos servidores do Legislativo, e que ele será pago.

– Isso é uma falsa discussão. O Senado cortou na carne, tem dinheiro. O que se faz todos os anos é uma suplementação de recursos. No ano passado, não teve reajuste e houve uma suplementação de R\$ 174 milhões. Por que não podemos ter neste ano?

Renan Calheiros ressaltou que a burocracia e o excesso de regulamentação, pelos empecilhos e custos associados, são fatores inibidores do crescimento econômico. Ele observou que desburocratizar não significa desregular as relações, mas regular eficientemente, sobretudo em setores como direito de propriedade e serviços sociais.

– O Brasil, compreendido em União, estados e municípios, cria 36 normas tributárias por dia. Assim, desde a Constituição de 1988, o país já criou mais de 225 mil normas versando sobre tributos, taxas e contribuições. Das 36 normas que surgem diariamente, quatro são de responsabilidade da União. Muitas delas trazem exigências contidas em procedimentos já existentes. Isso aumenta a insegurança jurídica, um dos problemas que dificultam o nosso crescimento econômico – concluiu o parlamentar.

Representante da ONU discute igualdade racial

Doudou Diène, relator oficial da Comissão de Direitos Humanos da ONU sobre Formas Contemporâneas de Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, foi recebido ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Ao lado de Paulo Paim (PT-RS), autor do Estatuto da Igualdade Racial, Renan falou dos esforços para eliminar a discriminação no país, mas reconheceu que ainda há muito a ser feito.

Paim destacou a importância da inserção social das crianças negras por meio da educação.

Mercadante adianta que governo aceita pagar precatórios desde que tenha previsão orçamentária

Líderes tentarão incluir MP do Bem em outro projeto de lei

Em reunião com o presidente do Senado, Renan Calheiros, os líderes partidários acordaram ontem em incluir os pontos positivos da chamada MP do Bem no texto do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 25/05 (proveniente da MP 255/05), que aguarda votação no Senado. A MP do Bem não foi votada na Câmara dos Deputados e perdeu a validade. Hoje, a partir das 15h, os líderes voltam a se reunir com Renan para definir o que será incluído no PLV.

Conforme o senador Jefferson Péres (PDT-AM), as dúvidas quanto à constitucionalidade da proposta foram dissipadas e a incorporação é garantida pela vontade da maioria. A Constituição determina que um projeto de lei rejeitado não pode retornar à pauta de votações na mesma sessão legislativa. Jefferson disse que basta a concordância da maioria para efetivar um novo projeto de conversão.

O impasse surgiu na questão do pagamento de precatórios de pequeno valor, que beneficia um grande número de aposentados. O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), propõe a exclusão desse ponto no novo projeto de conversão, embora defenda prioridade absoluta para

esses pagamentos. Ele, no entanto, assinalou que o valor total desses precatórios atinge R\$ 4 bilhões, sem a devida previsão orçamentária.

– A única coisa que o governo está reivindicando é que tenha previsão no Orçamento. De onde o governo tira R\$ 4 bilhões sem ter previsão específica? Esse item, em algum momento do processo legislativo, terá que ser equacionado. O governo está disposto a negociar alternativas nessa matéria e em outros pontos polêmicos, como a inclusão de temas na MP 252 sem uma negociação mais madura e que precisam de discussão – destacou.

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), afirmou que existe disposição para um acordo.

– Vamos fazer um cotejo entre o que foi proposto na MP 252 e o que está sendo sugerido agora. Para discutir a inclusão das coisas boas da MP do Bem na MP 255, a nossa disposição é completa – assegurou.

Agripino acrescentou que, removidas as dificuldades com relação à elevação do teto do Simples e à questão dos precatórios, há consenso no PFL para que a MP 252 seja inserida na MP 255, “para facilitar a vida do país”.

Arthur Virgílio diz que expulsão de Delúbio é uma farsa

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse ontem que o PT prepara uma farsa para preservar as suas principais lideranças. Ao comentar entrevista do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o senador afirmou que a defesa da expulsão de Delúbio, feita pelo presidente eleito do PT, Ricardo Berzoini, é falsa.

– Delúbio não está sendo expulso do PT. O que está funcionando é uma *omertà* (lei do silêncio da Máfia). Escolheram Delúbio, com o consentimento dele, para bode expiatório.

Para o senador, o ex-tesoureiro não é comandado pelo



Para Virgílio, é o presidente Lula, e não José Dirceu, quem “comanda” Delúbio

deputado e ex-ministro José Dirceu, e sim pelo presidente Lula, a quem ele visa proteger com seu silêncio.

A declaração do ex-tesoureiro do PT de que a imprensa está sendo injusta com ele também foi rebatida por Arthur Virgílio. – Existe um limite para a desfaçatez, para o cinismo, para a falta de respeito para com a opinião pública – criticou Virgílio.

Votação de relatório é adiada para sexta-feira por causa de pedido de vista de deputada do PT de São Paulo

Relator pede a cassação de José Dirceu

Ao apontá-lo como “arquiteto” do esquema de liberação de pagamentos em dinheiro vivo a parlamentares da base governista, o relatório do deputado Júlio Delgado (PSB-MG) recomendou ontem que o Conselho de Ética da Câmara peça a cassação do deputado e ex-ministro José Dirceu (PT-SP). A votação do relatório, porém, foi adiada para sexta-feira, graças a um pedido de vista da deputada Angela Guadagnin (PT-SP).

– A lógica humana nos permite,

através do acúmulo de evidências irrefutáveis, afirmar que o deputado José Dirceu tinha poderes para ser o autor intelectual de todo este esquema ou, pelo menos, poderes suficientes para impedir que tais práticas prosperassem – acusou Delgado.

O relator também afirmou que a “cassação se impõe como meio de restaurar a dignidade e a credibilidade” da Câmara dos Deputados.

Em entrevista após a leitura do voto do relator, José Dirceu des-

qualificou a peça de acusação.

– Quero reafirmar que sou inocente. O voto tem uma parte ideológica que é retórica política de condenação da minha ação como ministro, mas não tem provas. Não há provas de que eu organizei ou participei do “mensalão”, nem de que houve o “mensalão” nesta Casa – defendeu-se Dirceu.

Se aprovado o pedido de perda de mandato pelo Conselho de Ética, a votação no Plenário da Câmara deve ser realizada na quarta-feira da semana que vem.



José Dirceu acompanha leitura do relatório e reafirma sua inocência

Patrícia Saboya defende voto "sim" no referendo

A senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) manifestou ontem seu apoio ao voto “sim” no referendo do próximo 23 de outubro sobre a proibição do comércio de armas de fogo e munição. De acordo com ela, o Brasil é o país com o maior número de mortes por armas de fogo no mundo.

– Sei que o desarmamento não acabará, sozinho, com a criminalidade. Mas precisamos romper esse círculo vicioso que contaminou nosso cotidiano. Tenho certeza de que desarmar a população será um importante tijolo na construção de um país melhor – destacou a senadora.

Tuma manifesta tristeza com falta de verbas

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) confidenciou sua “amarga e profunda” tristeza ao constatar que algumas ações da administração pública são inviabilizadas pela não-liberação de recursos orçamentários. O parlamentar associou o contingenciamento de verbas federais ao foco de febre aftosa descoberto no estado de Mato Grosso do Sul.

– A única arma que nós, senadores, temos para poder reclamar são esses dois microfones. A essa altura, todos têm que tomar uma atitude para mudar a configuração do refreamento de verbas para pagamento de juros pelo governo – conclamou.

Suassuna comemora decisão do governo sobre transposição

Defensor da transposição do rio São Francisco, Ney Suassuna (PMDB-PB) comemorou a decisão do presidente da República e do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, de dar continuidade ao projeto.

O senador leu parte do relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União segundo o qual a implantação do projeto prevê um incremento de 7% no produto interno bruto dos estados envolvidos, além da geração de 600 mil empregos em empreendimentos complementares, até o ano 2025. Suassuna salientou ainda a importância da transparência na implementação da obra.

Para Abi-Ackel, teia de interesses está sendo desvendada

Para o relator da CPI do Mensalão, deputado Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), os depoimentos de Gustavo Marin e Sérgio Spinelli ajudaram a compreender melhor “a teia de interesses” do Citibank junto aos fundos de pensão e como se dá essa relação. Mas ele frisou que é preciso desdobrar as informações.

– Queremos saber que empresas ou que fundos contribuíram para o financiamento de campanhas eleitorais – explicou Abi-Ackel, acrescentando que, embora Marin tenha alegado que a matriz da instituição proíbe suas filiais de contribuírem para campanhas, é possível que as empresas nas quais o banco tem participação tenham feito doações.

Para o presidente da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), que já foi ministro da Previdência, os fundos de pensão brasileiros precisam ser profissionalizados.

Citibank diz que Dantas causou prejuízos ao banco

Ao depor na CPI do Mensalão, o presidente do Citibank no Brasil, Gustavo Marin, afirmou que o Banco Opportunity, de Daniel Dantas, foi destituído da gestão do fundo CVC, de propriedade do Citigroup, em março de 2005, porque o Citi constatou a existência de “contratos fraudulentos transferindo recursos do fundo CVC para o Opportunity”.

Ele não quis detalhar números de prejuízo, nem a destinação desses recursos desviados, limitando-se a dizer que corre, em Nova York, uma ação do Citigroup contra o Opportunity, para ressarcimento de danos.

Segundo a deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), foi uma pena que Marin não tenha querido responder as perguntas que interessam à CPI, ou seja, qual a origem do dinheiro das empresas de Marcos Valério, que alimentaram o caixa dois do PT e o “mensalão”. Ela lembrou os insistentes boatos de



Abi-Ackel, Lando e o depoente Marin, na CPI: Citigroup está processando o Opportunity

que Daniel Dantas, por meio do fundo CVC e do Citibank, seria uma dessas fontes de “dinheiro não contabilizado”.

Marin veio à CPI acompanhado de Sérgio Spinelli, que preside o Conselho de Administração da Brasil Telecom como representante do banco. O dirigente do Citigroup garantiu não conhecer Marcos Valério, nem Luiz Gushiken, nem Naji Najas. Admitiu, porém, ter se encontrado duas

vezes com José Dirceu, para tratar de assuntos gerais, e várias vezes com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para discutir negócios do Citi e do fundo CVC.

Em relação ao acordo assinado entre o Citigroup e os fundos de pensão Previ, Funcef e Petros, com cláusula de recompra de ações de companhias telefônicas, em 2007, Gustavo Marin sustentou que o negócio será vantajoso para ambos os lados.



Hélio Rotemberg e Mauro Dutra negaram irregularidades nas relações com a ECT. Godoy (D) se confundiu e escapou de ser preso



Ex-assessor dos Correios quase é preso por falso testemunho

Dos três depoentes que falaram ontem à Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios, o ex-assessor da diretoria da ECT Fernando Leite de Godoy quase foi preso por falso testemunho, ao não responder quem havia lhe fornecido uma cópia de depoimento sigiloso ao Ministério Público, em poder da CPI.

Godoy foi acusado pelo ex-che-

fe de departamento dos Correios Maurício Marinho de ser um dos integrantes do PTB envolvidos no suposto esquema de arrecadação de recursos públicos para o partido dentro da estatal.

Já o presidente da Novadata Informática, Mauro Dutra, negou ter sido favorecido em licitações nos Correios. O empresário, amigo do presidente Luiz Inácio Lula

da Silva, apresentou números de faturamento nos últimos anos para negar que tenha se beneficiado de relações privilegiadas para vencer concorrências na estatal.

Por sua vez, o diretor da Positivo Informática, Hélio Rotemberg, negou saber de qualquer irregularidade no contrato para fornecimento de kits de informática para os Correios.

Doleiro nega ter operado para Delúbio

Em depoimento à CPI dos Correios, o doleiro Alberto Youssef negou ter trabalhado para a corretora Bônus-Banval e para o deputado federal José Janene (PP-PR), de quem se disse amigo. Tanto a empresa como o parlamentar são acusados de participar do esquema do “mensalão”.

Youssef cumpre pena em regime aberto por sonegação fiscal, entre outros crimes, e negou ter realizado qualquer operação para Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, e Marcos Valério Fernandes de Souza, acusado de ser o operador do “mensalão”.

A maior parte do depoimento



Alberto Youssef

Simon anuncia que PMDB terá candidato próprio a presidente

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) anunciou que o seu partido decidiu lançar candidatura própria às eleições do próximo ano para presidente da República. Ele adiantou que o candidato peemedebista será escolhido em prévia a ser feita em todo o país no dia 13 de março de 2006.

Para a realização de debate am-

plado, uma comissão de membros do partido, juntamente com o professor Carlos Lessa, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), elaborou proposta de programa de governo, intitulada Pré-Programa de Governo para Mudar o Brasil.

– A proposta, fruto de longo

estudo e debate, está sendo distribuída pelo país. Em todas as instâncias partidárias, estamos coordenando o debate para que sejam apresentadas sugestões de emendas ao programa – disse o senador gaúcho.

O parlamentar adiantou ainda que o ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho pode

ser o primeiro a oficializar, hoje, sua candidatura. Pedro Simon citou outros peemedebistas que também deverão submeter seus nomes à prévia, tais como os governadores Germano Rigotto e Jarbas Vasconcelos, do Rio Grande do Sul e de Pernambuco, respectivamente, e o ex-presidente Itamar Franco.



Simon revela que partido já elaborou, inclusive, um pré-programa de governo



Antonio Carlos critica irresponsabilidade do governo no combate à corrupção

ACM aponta "falta de vergonha do governo federal"

"A falta de vergonha neste país tomou o nome de governo", afirmou ontem o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), ao lamentar que, a cada dia, surjam fatos novos para comprovar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não combate a corrupção como deveria.

O senador também criticou a nova proposta de Ferrovia Transnordestina, que classificou de "sandice megalomaniaca do governo". A proposta original, informou, tinha apoio dos estados do Nordeste, pois pretendia interligar a região de cerrados do Centro-Oeste aos portos do litoral, estabelecendo rotas de escoamento.

Goellner defende movimento dos transportadores

Gilberto Goellner (PFL-MT) pediu aos senadores apoio ao pleito dos transportadores rodoviários de cargas que realizam manifestação em Brasília desde segunda-feira. O movimento – Grito das Estradas – foi lançado pela Federação Nacional dos Caminhoneiros (Fenacam) com apoio de sindicatos de classe e da Frente Nacional dos Transportadores Rodoviários de Cargas.

Entre as reivindicações dos transportadores, o senador citou a destinação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para a infra-estrutura das estradas.

Senador destaca que a proposta de sua autoria, apresentada há dez anos, quando era deputado federal, vem sendo amplamente discutida e será aprovada "com grandes melhorias"

Paim acredita que Estatuto do Deficiente será votado este ano

O senador Paulo Paim (PT-RS) manifestou da tribuna sua certeza de que o projeto de lei que cria o Estatuto das Pessoas com Deficiência será aprovado pelos senadores, talvez ainda neste ano. A proposta, que ele próprio apresentou há dez anos, ainda como deputado federal, tinha pouco mais de 60 artigos e agora já conta com quase cem.

Segundo Paim, o relator da matéria, Flávio Arns (PT-PR), vem melhorando o projeto, por meio de reuniões com entidades de apoio aos deficientes promovidas em quase todo o país.



Paim acha natural demora na discussão, pois é preciso conciliar interesses

– Tenho convicção de que o estatuto será aprovado, com grandes melhorias. Isso aconteceu antes

Almeida Lima cita artigo sobre denúncias esquecidas

Almeida Lima (PSDB-SE) leu ontem em Plenário o artigo "Pizzas no Caminho", do jornalista de *Veja* André Petry, a respeito das investigações sobre o "mensalão". Petry cita como exemplos de *pizza* denúncias não apuradas contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu filho Fábio, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e o publicitário Duda Mendonça, marqueteiro da campanha presidencial.

Palocci não teria prestado esclarecimentos às CPIs ou à polícia



Almeida Lima não corrobora tese de que oposição não teria interesse na apuração

sobre a acusação de receber mensalidade de R\$ 50 mil de empresa de lixo quando prefeito de Ribeirão

Garibaldi afirma que muito já foi feito para identificar os culpados

Ao comentar o mesmo artigo publicado em *Veja*, o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) manifestou indignação e lamentou que o senador Almeida Lima tenha endossado o texto do jornalista. Garibaldi, que é relator da CPI dos Bingos, reconheceu a dificuldade que as CPIs estão encontrando para apurar os fatos, mas salientou

que existe grande diferença entre dificuldades e *pizza*. Ele enumerou acareações, investigações e diversas providências que estão sendo tomadas, citando, entre outras, as elucidações sobre os casos GTech-Caixa Econômica e a morte do prefeito Celso Daniel.

– Não tolero injustiça. Há um trabalho que está sendo feito que

com outros estatutos que propus, como o do idoso. O processo legislativo é mesmo lento, pois há que se conciliar os interesses da sociedade sobre os assuntos colocados em projetos – disse.

Paulo Paim agradeceu o suporte do presidente do Senado, Renan Calheiros, às iniciativas de apoio aos portadores de deficiência e informou ao Plenário que representantes do Ministério da Educação estiveram em Bagé (RS), reunidos com dez prefeitos da região, discutindo a estrutura da futura Universidade Federal do Pampa.

Lúcia Vânia reclama de discriminação em sessão especial

Por se considerar preterida por líderes partidários em seu direito de se pronunciar durante sessão solene em homenagem aos dias da Criança e do Professor, na sexta-feira da semana passada, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) dirigiu seu protesto ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, pedindo que esse tipo de situação não volte a ocorrer.

Em resposta, Renan desculpou-se pelo incidente, dizendo não ter tido a intenção de discriminá-la e acrescentando que o esquecimento deveu-se ao fato de alguns parlamentares terem pedido prioridade porque em seguida iriam viajar.



Lúcia Vânia protestou junto ao presidente do Senado, que se desculpou pelo incidente

Suplicy propõe que partidos prestem contas via Internet

Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou em Plenário que apresentará sugestão à bancada de senadores de seu partido, para que o PT, já na campanha eleitoral do próximo ano, publique diariamente na Internet todas as suas receitas e despesas.

– Alguns colegas senadores, com os quais conversei, consideraram a idéia positiva – afirmou o parlamentar.

Suplicy disse que o PT poderia acolher a proposta antes mesmo da votação, pela Câmara, do projeto (PLS 283/05) de sua autoria que institui a prestação de contas em tempo real pelos partidos durante a campanha eleitoral.



Para Garibaldi, jornalista cometeu uma injustiça contra o Congresso Nacional

merece o respeito da população brasileira – disse o senador, elogiado em aparte por Tasso Jereissati (PSDB-CE).



Juvêncio ressalta "forte representatividade e inúmeras conquistas do partido"

Juvêncio da Fonseca anuncia entrada no PSDB

O senador Juvêncio da Fonseca (MS) registrou, em Plenário, seu ingresso no Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ressaltando "a forte representatividade e as inúmeras conquistas" da legenda. Ele explicou que deixou o PDT por questões regionais, que impossibilitaram sua permanência no partido.

Em nome dos demais parlamentares do PSDB, Tasso Jereissati (CE) manifestou sua satisfação em receber Juvêncio da Fonseca nos quadros da agremiação.



Alcobrás vai gerar 3 mil empregos e arrecadar R\$ 17 milhões para o estado, informa Sibá

Sibá: acordo irá viabilizar usina no Acre

Depois de quase 20 anos inativa, a usina de álcool conhecida como Alcobrás, em Capixaba (AC), poderá funcionar em 2008. Sibá Machado (PT-AC) informou que foi assinado na semana passada o protocolo de formação do consórcio empresarial para a reativação da destilaria.

O senador assinalou que o funcionamento da usina irá gerar 3 mil empregos e arrecadar cerca de R\$ 17 milhões por ano em impostos para o governo do Acre.

Ideli lembra que alimentação inadequada é causa de várias doenças no país; Papaléo presta homenagem aos médicos; Capiberibe critica gastos do governo do Amapá e repele acusação

Ideli destaca manual para orientar o brasileiro a ter alimentação saudável

O governo federal não está preocupado apenas em combater a fome, por meio do programa Bolsa-Família, mas também vem trabalhando para que a população brasileira tenha uma alimentação saudável e, com isso, melhore sua qualidade de vida, afirmou ontem, em discurso no Plenário, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

Ideli anunciou o lançamento, amanhã, do *Guia Alimentar para a População Brasileira*, em cerimônia a ser realizada no Itamaraty com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos ministros da Saúde, Saraiva Felipe, e do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias. O ato integra a comemoração da Semana Mundial da Alimentação, entre 16 e 22 de outubro.

Conforme a senadora, 260 mil pessoas morrem por ano no Brasil em decorrência de má alimentação, não só por desnutrição, como também por



Ideli: guia vai ajudar a combater doenças que já se tornam problema de saúde pública

doenças como diabetes e hipertensão, causadas por alimentação inadequada. A publicação, explicou ela, deverá ajudar no combate a doenças que, cada vez mais, se tornam um problema de saúde pública.

Ideli destacou que essa é a primeira vez que se implanta uma política pública oficial de orientação alimentar, após

estudos aprofundados realizados pelos dois ministérios. O guia estabelece as diretrizes alimentares oficiais, os parâmetros a serem adotados e fornece dados sobre as deficiências nutricionais e as doenças infecciosas provocadas por equívocos na alimentação.

– Os brasileiros estão abandonando a alimentação baseada no feijão com arroz e não a estão substituindo por algo melhor. Dados do guia mostram que o consumo de frutas teve queda de 31%, enquanto o de alimentos industrializados cresceu 82% e o de refrigerantes aumentou 400% – ressaltou a parlamentar.

Ela disse que "muitas vezes não se valoriza no país o alimento próprio da cultura local, mas sim aqueles que simbolizam um processo de aculturação, como é o caso do *hot dog*". Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) parabenizou a senadora pelo pronunciamento.

Capiberibe: "Enquanto o xerife persegue o mocinho, o bandido assalta o banco"

O senador João Capiberibe (PSB-AP) repeliu ontem, em Plenário, denúncia de que tenha desviado, em benefício próprio, R\$ 365 milhões pertencentes ao orçamento do Amapá, quando governou o estado.

Ele disse que o PMDB de seu estado, responsável pela denúncia de compra de votos que levou à cassação pelo Tribunal Superior Eleitoral de seu mandato e do de sua esposa, que é deputada, "não teria considerado, ao fazer a acusação, o fato de que R\$ 365 milhões é valor muito alto para ser desviado, em apenas um mês, de um orçamento anual de R\$ 1 bilhão".

– Não sei como essa denúncia

prosperou. Ora, o orçamento de 2002 do governo do Amapá era de somente R\$ 1 bilhão. Bastava refletir sobre os números para ver como seria impossível desviar R\$ 365 milhões em apenas um mês – contestou o representante do Amapá, acrescentando que o então procurador-geral da República, Cláudio Fontelles, mandou a Polícia Federal investigar o caso.

Para Capiberibe, essa tentativa de incriminá-lo configura "um exemplo contundente" da utilização das instituições republicanas – no caso o Ministério Público Federal – com objetivos políticos.

– Denunciei aqui o desvio de uma



Acusação foi investigada pela Polícia Federal a pedido do Ministério Público, diz Capiberibe

fortuna da BR-156, do estado, quando R\$ 83 milhões foram gastos em 2003/2004 para fazer apenas 18 quilômetros de asfalto. Nos dois anos de governo fizemos 62 quilômetros de asfalto com R\$ 30 milhões. O que estou dizendo é que, enquanto o xerife corre atrás do mocinho, o bandido assalta o banco – acrescentou.

Papaléo Paes ressalta dedicação dos médicos

Papaléo Paes (PSDB-AP) prestou ontem homenagem aos médicos de todo o país, em especial os do seu estado, o Amapá, pela passagem do Dia do Médico.

– Reconhecemos que a saúde no estado está precária e a base do sistema de saúde está corroída, mas os profissionais, com determinação, conseguem minorar essa situação e dão atendimento digno a seus pacien-



Papaléo salienta que médicos conseguem minorar precariedade da saúde em seu estado

tes – salientou o senador.

Papaléo lembrou que o Senado Federal tem seis médicos que se tornaram parlamentares pelo reconhecimento que receberam da população, em razão da função que exerciam.

O parlamentar comentou ainda o discurso em que João Capiberibe (PSB-AP) refutou "denúncias caluniosas" de que teria desviado dinheiro público do estado.

– Fiz parte do palanque do governador eleito, mas não concordamos – eu e o senador Capiberibe – com os desmandos do governo. Concordamos com as denúncias do senador Capiberibe contra o governo estadual – disse Papaléo.

Em aparte, Capiberibe afirmou que um evento promovido no Amapá, em sua defesa, teria reunido 10 mil pessoas e, no entanto, pouco foi noticiado pelos meios de comunicação.



Heloísa: campanha visa obter recursos das emendas individuais para compra de mamógrafos

Parlamentares querem prevenir câncer de mama

Senadoras e deputadas de vários partidos estão liderando a campanha "Amigas e Amigos do Peito – Mamógrafos Já", para que cada parlamentar destine, em uma de suas emendas individuais, R\$ 150 mil para a compra, pelos municípios brasileiros, de mamógrafos, aparelhos que diagnosticam o câncer de mama.

Heloísa Helena (PSOL-AL) frisou que as mulheres de baixa renda devem ter acesso gratuito ao exame com eficácia, qualidade e precisão no diagnóstico.

Flexa Ribeiro faz homenagem ao Dia do Médico

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) registrou em discurso ontem a passagem do Dia do Médico. Segundo o senador, muitos médicos acabam ganhando a estatua de homens públicos.

– Toda a história do Brasil está pontuada pela atuação de médicos tornados figuras públicas, como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas – lembrou o parlamentar.

Flexa Ribeiro homenageou ainda o ex-presidente Juscelino Kubitschek, também médico.



Flexa Ribeiro destaca médicos que se tornaram famosos, como Carlos Chagas, Oswaldo Cruz e JK